

O Japão fala grosso em Berlim

O Japão dominou ontem a cena da 43ª Assembléia Anual do FMI-Banco Mundial, que termina amanhã, em Berlim Ocidental. O presidente do Banco Central, Satoishi Sumita, defendeu claramente o aumento da participação do país no Fundo Monetário Internacional, através de uma elevação "considerável" das cotas. O Japão, afirmou Sumita, "pretende pedir uma cota especial no contexto da IX Revisão Geral de Cotas", ou seja, em 1989. É preciso, disse o principal representante japonês na reunião, que cada país tenha uma participação no Fundo e no Banco Mundial proporcional à sua importância. Como se recorda, o PIB japonês foi de US\$ 2,4 trilhões em 87, só abaixo dos US\$ 4,5 trilhões dos Estados Unidos.

A declaração sobre as cotas foi acompanhada da proposta de um novo plano de financiamento aos países de renda média, como o Brasil, que já tem acordos com o FMI. Mas não ficou confirmada a informação de que seriam aplicados outros US\$ 25 bilhões, além dos já destinados ao longo dos últimos três anos, inclusive 88, por conta do Plano Nakasone. O representante japonês referiu-se à aplicação de US\$ 50 bilhões em meia década (só para países pobres), de 88 a 92. Mas nada sobre a forma explícita do programa em curso, e que motivou, ontem, uma conversa entre o ministro Mailson da Nobrega e o presidente do Eximbank do Japão, para combinar a ida, ao Brasil, de duas missões, uma para discutir financiamentos à área elétrica e outra para irrigação.

Sumita relacionou três problemas principais, hoje: a necessidade de maior crescimento econômico nos países em desenvolvimento; o risco do protecionismo; e a questão das dívidas externas. Defendeu, ainda, uma avaliação "profunda" do sistema monetário

internacional, com vistas à análise das moedas de reserva. Foi uma forma indireta de questionar o fato de que o dólar continua sendo a moeda básica nas transações internacionais. Ele falou justamente antes de o representante norte-americano, o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, ter rejeitado, por enquanto, qualquer definição prévia de elevação de cotas, o que nada mais é do que o montante que cada país terá de entregar ao FMI.

Sem panacéia

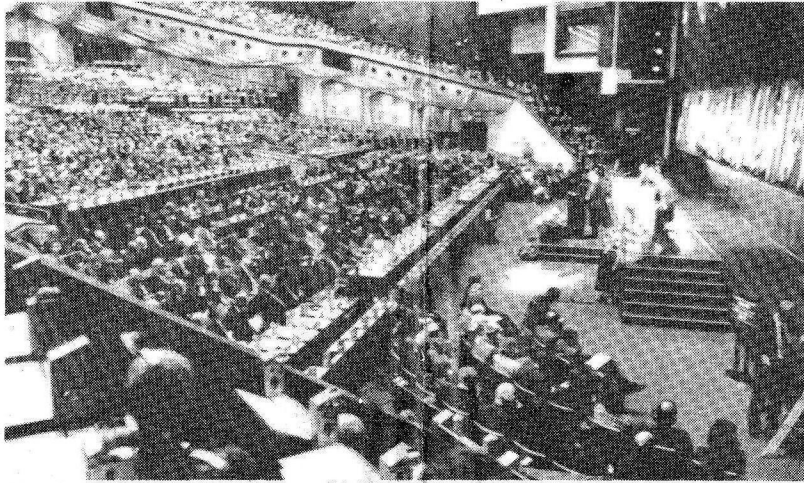
Sumita ganhou o aplauso do ministro da Fazenda do México, Gustavo Petricoli, para quem "a crise de liquidez virou uma grande crise de desenvolvimento". Os anos 80, disse, ficarão conhecidos "como uma década perdida", na qual os investimentos caíram de 25% do PIB em 80/81 para 17% em 85/87.

"Os países em desenvolvimento têm problemas graves", reconheceu antes o presidente do BC japonês. Não há porém panacéia para resolver o problema da dívida.

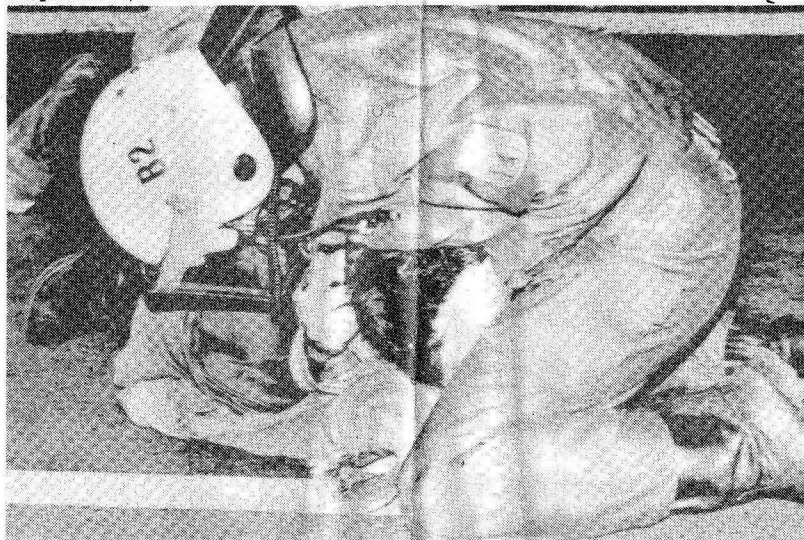
Seu discurso somente confirmou as linhas gerais divulgadas antecipadamente em Berlim: 1) empréstimos não condicionados à compra de bens e serviços japoneses; 2) operações só com quem já tenha acordos com o fundo; 3) prevalecimento da política do caso a caso, e sem transferência de riscos dos bancos para governos; 4) presença do Banco Mundial como "catalisador" (no Bird, o Japão já ampliou sua participação). "O Banco Mundial — assinalou Sumita — é o maior parceiro nos esforços internacionais para resolver os problemas da dívida e do desenvolvimento."

Se a cena oficial berlinense ficou com o Japão, no curto prazo a decisão não saiu das mãos norte-americanas.

**Fábio Pahim Jr.,
de Berlim Ocidental.**



No plenário, discussão sobre a dívida.



Do lado de fora, prisões de manifestantes



Greenspan, dos EUA.



Kohl, da Alemanha.